

**FICHA DE SEGUIMENTO**  
**AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PIC DE ANGOLA (2007-2010)**

Outubro 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<b>PLANEAMENTO / PROGRAMAÇÃO</b>				
<p>1. O IPAD deve definir claramente as opções estratégicas relativamente à cooperação com Angola e dar essas instruções aos sectores e à sociedade civil, nomeadamente às ONG. O reduzido volume da Cooperação Portuguesa face à dimensão deste país parceiro obriga a que se definam claramente as áreas de intervenção, as opções geográficas e os grupos-alvo, em colaboração com as autoridades angolanas.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD deve manter um posicionamento estratégico da cooperação portuguesa com Angola, i.e. seleção das áreas onde sejam evidentes as suas mais-valias em consonância com as necessidades definidas nos documentos estratégicos de desenvolvimento pelo parceiro.	O IPAD/Camões, na elaboração do novo PIC manteve as áreas de intervenção prioritárias, apostando naquelas onde existe uma clara mais-valia da Cooperação Portuguesa.
	MAI (DGAI)		No que respeita à cooperação técnico-policia as áreas de intervenção os grupos-alvo, as opções geográficas, bem como os conteúdos são direta e anualmente definidos com os parceiros. Tendo em conta a partilha de custos entre os parceiros e a deslocação dos formandos até Luanda, os projetos atingem uma dimensão considerável no que respeita o	-

<sup>1</sup> Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação.

<sup>2</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>3</sup> No caso de aceitação dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

<sup>4</sup> Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

IPAD/GAAI

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	Autoridades Angolanas	Aceite	orçamento e abrange todo o território nacional.  A cooperação portuguesa deve incentivar a cooperação/colaboração de ações de pesquisa científicas, nomeadamente entre as universidades dos dois países, local de eleição para essas atividades.	Concluiu ter havido uma execução positiva do programa de cooperação em algumas áreas.
2. Dentro do IPAD deve ser promovido um maior entrosamento entre os serviços na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento sectorial.	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD deve privilegiar reuniões periódicas devendo constituir espaços de planeamento, conjugação e operacionalização de estratégias.	A circulação de informação entre as divisões deverá ser fortalecida, para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.
3. A identificação do programa de cooperação deve ser feita em conjunto com as autoridades angolanas, o que significa partilhar também a informação sobre a definição de prioridades, a fixação de objetivos e de programas bem como do pacote financeiro e sua estrutura.	IPAD (DSP)	Aceite	Neste entendimento a formalização do Programa de Cooperação é feita a partir de uma combinação das prioridades estabelecidas para o desenvolvimento pelos Governos dos dois países, com os objetivos e as capacidades de resposta, financeiras e humanas, por parte da Cooperação Portuguesa.	O programa de cooperação foi elaborado nesse propósito por Portugal encontrando-se em poder das autoridades angolanas para a sua apreciação e análise.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	A negociação do PIC já consubstancia esta metodologia, que poderá ser aprofundada.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	DGAI/MAI		No que respeita à cooperação técnico-policia a identificação do programa de cooperação é sempre definida conjuntamente com as autoridades angolanas, nomeadamente o que respeita as prioridades, os objetivos e o orçamento.	
<p>4. No novo PIC deve ser feito um esforço no sentido de, dentro do possível, apostar em abordagens sectoriais integradas.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O novo PIC deverá contemplar programas integrados nos sectores onde a aposta de cooperação mais se faz sentir em detrimento de um conjunto de ações isoladas.	O novo PIC procura evitar ações isoladas, promovendo que as intervenções vão ao encontro das prioridades estabelecidas pelas autoridades angolanas nos mais diversos sectores.
<p>5. Num contexto de recursos escassos, o IPAD deve apostar em cofinanciamentos e parcerias público-privadas que potenciem a apresentação de propostas a fundos internacionais (facilidade da água, energia, segurança alimentar) a subvenções, em áreas complementares e estratégicas para reforço da Cooperação Portuguesa. Promover a articulação da SOFID com Angola.</p>	IPAD (DSP/CGI)	Aceite	<p>Potenciar processos de parceria/pública-privada, a par do reforço da programação financeira plurianual.</p> <p>Deve ser salvaguardado o risco de ajuda ligada nas PPP, mas tendo em conta as restrições orçamentais o recurso a outras fontes de financiamento é com certeza uma alternativa.</p> <p>Realça-se que é uma aposta em curso já atualmente, sendo disso exemplo o Projeto CISA.</p> <p>Em 2006 o IPAD também participou num processo de constituição de parceria para o financiamento do projeto de Abastecimento de Água às</p>	<p>Tem sido mantida a parceria no desenvolvimento do projeto CISA. O CICL tem aprofundado o relacionamento com outros doadores, tanto com DEL/UE como a UNIDO com a qual “é desenvolvido o projeto “Introdução da Matéria de Entrepreneurship nos curricula escolares de Angola”.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			Povoações na Região do Kwanza Sul, com a DEL/UE, que não se concretizou por constrangimentos da parte angolana.	
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Estes objetivos parecem poder vir a ser aprofundados no quadro de algumas reestruturações orgânicas em curso.	-
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policia a aposta de financiamento de projetos deve ser a continuidade do financiamento dos projetos pelo IPAD, bem como a DGAI procurar outras fontes de financiamento externas.	-
	Autoridades Angolanas	-	AS PPP não têm sido uma boa experiência nos países que as promovem. Talvez deva ser revista a estratégia e formas de trabalho.	Possibilidade de inserção dos setores da indústria e a economia, visto que manifestaram o interesse em fazer parte do programa para os próximos anos.
6. O cluster não foi implementado. No quadro da preparação do próximo PIC deve ser discutido com as autoridades angolanas a relevância de inclusão de um instrumento de cooperação deste tipo.	IPAD (DSP)	Não aceite	Atendendo a que no anterior PIC não avançou a ideia de projeto cluster temático-geográfico, não irá ser proposto este instrumento no quadro do novo PIC.	Por decisão superior, na proposta de PIC apresentada às autoridades angolanas não foi incluído o Cluster. Aguarda-se reação por parte das autoridades angolanas.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Reservas na aceitação	O contexto atual não parece muito favorável a este tipo de objetivos.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	MIREX	-	-	-
<b>IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO</b>				
<p>7. Deve ser criado um sistema de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Angola, como parte integrante dos interesses estratégicos permanentes de ambos os países.</p>	IPAD (DSP/CGI)	Aceite	<p>O IPAD tem em vigor fichas de acompanhamento e encerramento dos projetos onde são avaliados os indicadores das intervenções.</p> <p>Já foi criado pela DSP um sistema de informação, partilhado entre os serviços do IPAD que atualiza ao momento a execução, uma vez que está linkado ao plano tesouraria. Este processo pode ser aprofundado e melhorado.</p>	<p>Até ao momento não foi possível implementar um sistema de acompanhamento organizado com a definição de indicadores e metas. Para se avançar nesta recomendação será necessário criar um grupo de trabalho, representado pelos diversos serviços do Camões, I.P., cuja função será a de elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações.</p> <p>Processo de acompanhamento em utilização</p> <p>São partilhados com os parceiros angolanos os resultados alcançados tanto às autoridades angolanas como aos parceiros nacionais</p> <p>Nos projetos em curso o acompanhamento das ações e partilhada e no caso do CISA existiu mesmo uma CAE que agora foi substituída por um CI.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policia já existem sistemas de acompanhamento contínuo: 1. Elaboração de relatório pelos formadores de cada acção; 2. Relatórios semestral e anual dos projetos de cada país dos PALOP; 3. Relatórios periódicos elaborados pelos Oficiais de Ligação do MAI. Todos os relatórios são remetidos ao IPAD, assegurando-se, assim, a identificação dos resultados das intervenções no quadro da cooperação técnico-policia.	-
<p><b>8.</b> Deve ser reforçado o diálogo e a articulação entre as duas unidades orgânicas responsáveis pelo acompanhamento do PIC.</p>	IPAD (DSP/CGI)	Aceite	<p>Está implementado um sistema de partilha de informação mas o trabalho conjunto e complementar pode ser melhorado.</p> <p>O IPAD deve promover reuniões de carácter periódico entre as unidades orgânicas, responsáveis pelo acompanhamento e execução do PIC.</p>	<p>Os documentos que existem em sistemas partilhados são permanentemente atualizados</p> <p>O diálogo e a circulação de informação entre as divisões deverão ser fortalecidos, para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões.</p>
<p><b>9.</b> No quadro do novo PIC, todos os projetos devem ter indicadores de resultados, definidos antes da sua aprovação pelo IPAD, que permitam uma gestão</p>	Ministérios Sectoriais	MFAP: Aceite	-	<p>À semelhança do PICATFin 2007/2011, do próximo PICATFin irão constar indicadores de resultados aquando da sua elaboração.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
centrada nos resultados.	IPAD (CGI)	Aceite	<p>Nas intervenções co-financiadas pelo IPAD já existe a definição de Indicadores para as intervenções que são de reporte obrigatório, em sede de Protocolos, para cada intervenção.</p> <p>É um sistema que pode ser melhorado/aprofundado.</p>	Os projetos aprovados têm definição de indicadores.
10. A área da cooperação junto da Embaixada portuguesa deve ser reforçada em termos de recursos humanos, de forma a garantir um eficaz e sistemático acompanhamento das intervenções da cooperação.	IPAD	-	-	-
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	As dificuldades conjunturais obrigam, certamente, ao adiamento deste objetivo.	-
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policia, o acompanhamento sistemático e eficaz das intervenções da cooperação está assegurada pela presença de Oficiais de Ligação do MAI junto das várias embaixadas.	-
11. O site do IPAD deve ter informação disponível sobre o nível de implementação do PIC e resultados alcançados, numa óptica de visibilidade e transparência. Deve igualmente incluir informação disponível sobre as áreas que já foram co-financiadas, por país, no que diz respeito às ONGD.	IPAD	Aceite	A informação já está disponível e é regularmente actualizada.	-
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Revestiria grande interesse para a Embaixada dispor de informação atualizada, para conhecimento próprio e satisfação de pedidos de informação da parte angolana.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	IPAD (DASC)	Aceite	Assegurado que os conteúdos referentes a esta matéria constam do site.	-
<b>COORDENAÇÃO E COMPLEMENTARIDADE</b>				
<p><b>12.</b> Na elaboração do novo PIC devem ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os atores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONG e outros atores não estatais. O IPAD deve promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções, nomeadamente, na fase de preparação do PIC, no seu arranque e depois promover reuniões sectoriais com uma periodicidade semestral ou anual, em função da realidade no terreno e das necessidades mais específicas de cada sector.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	<p>Na fase de elaboração do PIC o IPAD poderá intensificar o seu papel de entidade coordenadora junto dos executores sectoriais nacionais, quer estatais, quer da sociedade civil.</p>	<p>Uma maior articulação/ coordenação com os ministérios sectoriais na fase de preparação do PIC poderá ser fomentada através dos mecanismos da CIC e do Fórum. Contudo, por decisão superior não foi convocada qualquer uma destas reuniões.</p> <p>Deverá ser fortalecido o diálogo e a coordenação entre os serviços do Camões, I.P. para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.</p>
<p><b>13.</b> O IPAD enquanto entidade coordenadora deve promover de forma mais regular reuniões de articulação (globais e/ou sectoriais), traduzidas não só na partilha de informação mas, também, de</p>	IPAD (Direcção/DSP)	Aceite	<p>O IPAD, enquanto entidade coordenadora, irá promover reuniões regulares (semestrais) com os vários intervenientes do PIC.</p>	<p>Uma maior articulação/ coordenação poderá ser fomentada através dos mecanismos da CIC e do Fórum. Contudo, por decisão superior não foi convocada</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
reflexão estratégica e articulação, procurando potenciar sinergias entre todos os atores. As áreas da saúde e da educação sobressaem como aquelas onde devem ser fortalecidos os mecanismos de articulação e complementaridade entre todas as intervenções.				qualquer uma destas reuniões.  Deverá ser fortalecido o diálogo e a coordenação entre os serviços do Camões, I.P. para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros.
14. A Embaixada de Portugal em Luanda deve promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos sectoriais e em áreas afins. Estas reuniões devem contar com a presença de todos os atores, incluindo os da sociedade civil, única forma de potenciar a complementaridade.	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Aceite, na estrita medida dos escassos recursos disponíveis.	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Idem para a Embaixada de Angola em Lisboa.	-
	MAI (DGAI)	Aceite	No que respeita a cooperação técnico-policia a DGAI dá a sua absoluta concordância na pertinência de realizarem-se reuniões sectoriais e de áreas afins, desde que esteja garantida a presença do Oficial de Ligação do MAI junto da Embaixada de Portugal em Luanda, por via das suas funções específicas neste âmbito e consignadas na respetiva carta de missão.	-

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL<sup>1</sup></b>	<b>ACEITE OU REJEITADA<sup>2</sup></b>	<b>EXPLICAÇÃO<sup>3</sup> (Junho 2011)</b>	<b>SEGUIMENTO<sup>4</sup></b>
<b>15.</b> A articulação com o MIREX deve ser reforçada não só através da Embaixada de Portugal em Luanda, mas, também, através do IPAD, partilhando sistematicamente toda a informação disponível ao nível da implementação das intervenções sectoriais, como forma de minimizar os sintomas de descoordenação que ainda subsistem.	Embaixada de Portugal em Luanda	Parcialmente aceite.	A Embaixada deverá continuar a desempenhar o papel de interlocutor institucional do IPAD junto do MIREX e de outras instituições angolanas.	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Idem para a Embaixada de Angola em Lisboa	Mediante um calendário regular e sempre que necessário.
	IPAD (DSP)	Aceite	O processo de elaboração do PIC deve ser um processo conjunto, partilhado com as estruturas no terreno, tendo em vista uma efetiva coordenação da ajuda e conseqüentemente um acompanhamento da execução dos projetos de cooperação pelos dois Estados.	Na fase de elaboração do PIC verificou-se uma partilha de informação, quer com as autoridades angolanas via Embaixada de Angola em Lisboa, quer com os serviços da cooperação em Luanda. Partilha esta que deverá continuar no âmbito da execução do PIC.
<b>16.</b> As fichas de projeto, devidamente atualizadas, devem continuar a ser partilhadas com a Embaixada de Portugal em Luanda e com o MIREX.	IPAD (CGI)	Aceite	-	Em curso a execução da recomendação.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	As fichas deverão ser partilhadas com a Embaixada, não apenas como caixa do correio, mas como ator ativo.	-
<b>ÁREAS DE INTERVENÇÃO</b>				
<b>17.</b> O reforço das capacidades institucionais deve	Ministérios sectoriais	MFAP: Aceite	-	Este foi e continuará a ser o principal objetivo dos PICATFin.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
constituir o principal foco do novo PIC, nomeadamente na área da Administração pública, onde Portugal tem claras mais-valias.	Autoridades Angolanas	Aceite	Há vantagens para a melhoria das competências e desempenho dos sectores ministeriais.	Analisar a possibilidade de inserção do Ministério da Indústria, com vista a incluir projetos específicos direcionados a indústria transformadora e o Ministério da Economia, criado em 2011.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	É inequívoco, consensual e pacífico o aprofundamento dessa incidência.	-
	IPAD (DSP)	Aceite	Deverão ser definidas em conjunto com os Ministérios sectoriais e negociadas com as autoridades angolanas.	Na elaboração do novo PIC foi tido em conta, como área prioritária, o reforço institucional na área da Administração Pública – Finanças e segurança (policial e militar), onde claramente Portugal tem dado prova das suas mais-valias
18. Para aumentar a sustentabilidade na área das Finanças Públicas, é necessário que se dê assistência técnica no seguimento das ações de formação. Isto significa que se deve apostar futuramente na formação “ <i>on Job</i> ”, fomentando assim a consolidação dos conhecimentos adquiridos.	MFAP (GPEARl)	Aceite		Este será um propósito a assegurar no quadro da elaboração do próximo PICATFin.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
19. Ainda no PICATFin, devem ser implementados inquéritos regulares em cada área de formação para facilitar a análise dos efeitos.	MFAP (GPEARI)	Rejeitada	São efetuados inquéritos regulares em cada área de formação com vista à análise dos efeitos.	No âmbito do desenho do próximo PICATFin manter-se-á esta prática.
20. No Saber Mais, um aspeto a não descurar é o da certificação da formação, o que irá provocar maior adesão dos professores em exercício.	IPAD (CGI)	Aceite	É a assunto a ser trabalhado a nível político com as autoridades angolanas, pois é da exclusiva competência do MED.	Assunto não depende só do CICL, mas tem que ser trabalhado com as autoridades angolanas, o que está em curso.
	Saber Mais	Parcialmente aceite/rejeitada	<p>Esse aspeto compete exclusivamente às autoridades angolanas, uma vez que se trata da certificação dada pelo Ministério da Educação de Angola (qualquer outra - pelo Saber Mais, por exemplo - poderá ter dificuldades em obter reconhecimento oficial.</p> <p>Neste âmbito, o Governo angolano aprovou em Diário da República, de 26 de Maio de 2011, o Decreto Presidencial n.º 109/11, que aprova o estatuto do Subsistema de Formação de Professores, que contempla as modalidades de formação inicial e contínua de professores do Ensino Primário e do Ensino Secundário. Falta contudo proceder à operacionalização desse diploma</p>	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	Autoridades angolanas	Aceite	O Ministério da Educação trabalhará em conjunto com a coordenação do programa certificação da formação.	O Ministério da Educação está a trabalhar na regulamentação da formação contínua. No entanto, as Escolas de Formação de Professores podem emitir uma declaração de participação aos professores em exercício.
21. A articulação com os governos provinciais e o seu envolvimento no projeto Saber Mais devem ser fortalecidos no futuro.	IPAD (CGI)	Parcialmente aceite	Esta articulação e envolvimento já existem, nomeadamente nas províncias onde o projeto tem neste momento presença (Namibe e Benguela) sendo que realçar que são os Gov. que identificam/aceitam a presença do projeto, definem escolas e assumem encargos de alojamento dos professores.	Esta articulação é permanente e excelente.
	Saber Mais	Rejeitada	Os governos provinciais têm prestado ao Saber Mais desde o seu início um apoio significativo no que respeita às respetivas obrigações de carácter logístico, nomeadamente em matéria disponibilização de alojamento adequado. Naturalmente que existem aspetos a melhorar, sobretudo na província do Namibe mas a percepção desta Coordenação Geral é de que se trata de falta crónica de verbas e não de vontade de	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			<p>envolvimento.</p> <p>Para além do apoio logístico, que constitui uma obrigação dos Governos provinciais, as Direcções Provinciais de Educação, que deles dependem diretamente, têm revelado um interesse igualmente significativo pelas atividades do Saber Mais, vontade e capacidade de diálogo com a CG e com as Coordenações Pedagógicas (ATP/CCP) e, sobretudo, um entendimento profundo das fragilidades do respetivo sistema de formação de professores e das potenciais mais-valias deste projeto.</p>	
	Autoridades angolanas	Aceite	O Ministério da Educação continuará em estreita colaboração com os Governos Provinciais na criação de condições locais para os procedimentos do programa.	Dos contactos feitos com os Governos Provinciais, nota-se a habitual colaboração e receptividade que têm contribuído para o fortalecimento do programa.
<p><b>22.</b> No Saber Mais devem ser elaborados Planos de Ação para cada Polo provincial, com objetivos, metas e indicadores para cada um deles, para que se possa fazer um acompanhamento e avaliação numa óptica de resultados.</p>	IPAD (CGI)	Parcialmente aceite	O projecto contempla uma lógica de atuação que é implementada em cada província sendo adaptada às necessidades de formação e realidade das escolas. Assim estes recomendados Planos de Ação têm de estar integrados	<p>Desde o início que a ATP funciona com base em Planos de Ação anuais (PA) (1ª é de 2010).</p> <p>Não existem PA por províncias, mas numa lógica integrada que se reflete nas metas e</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			no Plano de Ação Anual e contribuir para o mesmo e não serem completamente autónomos.	indicadores, não obstante as disciplinas apoiadas em cada província decorrer de uma análise da situação de cada província
	Saber Mais	Aceite	Esse é um objetivo já delineado para o próximo ano lectivo, a elaborar em conjunto com a ATP (ESE de Viana do Castelo)	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Esta ação permitirá maior controlo e acompanhamento do programa.	As Direções Provinciais de Educação e as Escolas de Formação de Professores foram sensibilizadas a trabalhar em conjunto com as equipas locais do programa, a fim de se elaborar e validar os planos de ação de cada polo provincial.
23. Na área do ensino superior deve ser promovida a articulação entre o Instituto Camões e os outros atores e projetos na área da língua portuguesa, para potenciar a coordenação e a promoção de sinergias.	IPAD (CGI)	Aceite	A desenvolver no futuro. A intervenção ao nível do ensino superior em Angola tem como objetivo reforçar as escolas e a lecionação em português e não do português. São na sua grande maioria intervenções ao nível dos cursos técnicos (engenharias, medicina, economia, direito) e ao nível da formação pós-graduada.	A desenvolver na sequência da criação do Camões.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
	Embaixada de Portugal	Aceite	É consensual a necessidade de aproveitamento de sinergias. O contexto atual de dificuldades financeiras reforça essa necessidade.	
	Instituto Camões	Aceite	-	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Incluindo Universidades angolanas.	-
<p><b>24.</b> Nas bolsas internas, deve ser agilizado um mecanismo de articulação entre o INABE e a Embaixada de Portugal em Luanda, que permita ultrapassar os constrangimentos detetados e Angola aproveitar o contingente de vagas. Por outro lado, deve-se equacionar apoio técnico ao INABE, no sentido de serem ultrapassados os constrangimentos.</p>	Embaixada de Portugal em Luanda	Parcialmente aceite	A experiência dos últimos anos têm sido muito negativa no que diz respeito ao envolvimento do INABE no processo de renovação de bolsas internas sobrecarregando a Embaixada com o trabalho da sua competência. Apesar da boa vontade do INABE, não há expectativas em relação à alteração desta realidade. As maiores dificuldades do INABE prendem-se com a insuficiência de recursos humanos para dar resposta adequada a 3.000 bolsas internas, atribuídas pelo Governo angolano.	-
	INABE	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p>25. No CISA deve ser equacionada uma estratégia de atração de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade.</p>	<p>Fundação Calouste Gulbenkian</p>	<p>Não Aceite</p>	<p>Solicitamos a reformulação da recomendação "No CISA deve ser reforçada uma estratégia de atracção de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade." A necessidade de atrair quadros Angolanos tem sido, desde o início, uma preocupação constante da entidade gestora do projeto CISA que enfrenta, para já, como maior constrangimento a inexistência de alojamento no Caxito, tendo dado disso conta, por inúmeras vezes, às autoridades angolanas parceiras do projecto. As ofertas de posições são divulgadas em Angola, são oferecidos estágios a finalistas ou recém-licenciados angolanos (no CISA, e também em instituições de investigação no exterior), divulga-se o CISA em ações de formação e em Conferências e colóquios sobre Saúde em Angola e incentiva-se a participação de técnicos angolanos nos projetos de investigação. O CISA conta já com a colaboração de vários quadros superiores angolanos qualificados e uma equipa local</p>	<p>-</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
			de nível intermédio (inquiridores, supervisores, digitadores,...). Reconhece-se, todavia, que a capacidade do CISA atrair quadros angolanos depende, para além das condições remuneratórias e da existência de alojamento no Caxito, (i) do estatuto jurídico e modelo de funcionamento do CISA; (ii) da definição de um estatuto da carreira científica.	
	IPAD (CGI)	Aceite	A atração de quadros angolanos, que tem sido procurada, passa também por condições remuneratórias e de alojamento que Angola ainda não conseguiu assegurar. A sustentabilidade do projeto tem sido procurada e uma das formas é a de assegurar uma participação activa das autoridades, aos vários níveis, no projeto, nomeadamente na sua CAE.	No início de 2012 foi assegurada pela parte angolana a primeira tranche do cofinanciamento deste ano, permitindo reforçar condições. O desenvolvimento do sistema de SVD e também um meio de atrair investidores angolanos.
	Autoridades angolanas	-	-	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>26.</b> Na linha de cofinanciamento das ONGD, o IPAD deve equacionar a possibilidade de concursos com carácter plurianual, adoptando o modelo da CE ou, no caso de impossibilidade de financiamento plurianual, simplificando a segunda candidatura/ reapresentação. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claros os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projectos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.</p>	IPAD (CGII/DASC)	Rejeitada	O entendimento da DASC não era coincidente com a primeira parte da recomendação. No entanto, ainda antes da avaliação, procedeu-se a uma alteração do enquadramento normativo, que consagrou de forma expressa a possibilidade de apoio plurianual aos projetos destas Organizações.	-
<p><b>27.</b> Nas candidaturas a cofinanciamento das ONGD, deve ser reconsiderada a possibilidade de inclusão de verbas para fazer uma avaliação externa, nomeadamente nos de maior volume financeiro. Segundo a DASC, nesta data, este assunto já está contemplado.</p>	IPAD (CGII/DASC)	Aceite	A avaliação passou a ser considerada um custo direto do projeto, ainda antes da avaliação em apreço.	-
	Autoridades angolanas	Aceite	Os projetos das ONG devem ser previamente aprovados pelas Autoridades dos dois países.	-
<p><b>28.</b> Dado que a carência de infraestruturas limita o desenvolvimento, o processo de apreciação das candidaturas das ONGD não deve ser tão restritivo em relação à elegibilidade destas despesas.</p>	IPAD (CGII/DASC)	Rejeitada	O processo de apreciação das candidaturas das ONGD não é restritivo em relação às despesas com infraestruturas	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>29.</b> As autoridades angolanas e portuguesas devem equacionar formas de ultrapassar os constrangimentos associados à concessão de vistos no quadro das intervenções de cooperação para o desenvolvimento, com o objetivo de fortalecerem as relações mútuas que assumem primazia em termos estratégicos.</p>	Embaixada de Portugal em Luanda		Foi assinado entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, em Agosto último, um Acordo sobre vistos, cujo regime irá facilitar, substancialmente, a concessão de vistos em termos de tempo de obtenção e prazos de duração.	-
	Embaixada de Angola em Lisboa	Aceite	Peça fundamental para o desenvolvimento da cooperação.	Conforme o acordo de facilitação de visto que foi assinado em 2011, solicitando assim um maior engajamento da Comissão para melhor Divulgação e Avaliação dos Serviços para o melhoramento da concessão de vistos.
<b>ANGOLA</b>				
<p><b>30.</b> O CED deve procurar diversificar o leque de atividades, alargando a sua utilização a outras cooperações no domínio do ensino superior e a outros clientes para além da Administração pública angolana, nomeadamente o sector privado. Neste quadro, o IPAD poderia ter um papel dinamizador de divulgação do CED junto das instituições portuguesas que têm projetos em Angola, incluindo as Universidades.</p>	UAN/CED	Aceite	Insistimos que é altura de direcionar esta cooperação para as áreas da pesquisa científica e das novas tecnologias.	Foram realizados alguns cursos para técnicos profissionais de microfilmagem e digitalização direcionada ao Arquivo Nacional de Angola.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup> (Junho 2011)	SEGUIMENTO <sup>4</sup>
<p><b>31.</b> Numa óptica de promoção da apropriação e da sustentabilidade, o MINARS deve gradualmente assumir responsabilidades no financiamento do novo ciclo de programação.</p>	MINARS	Aceite	O MINARS compromete-se em engajar os Governos Provinciais das localidades onde estão a ser desenvolvidos os projetos, no sentido daqueles, dentro do programa de descentralização administrativa, preverem nos seus orçamentos verbas para o cofinanciamento dos projetos.	-
	Embaixada de Portugal	Aceite	É uma questão recorrente que terá, necessariamente, de registar uma evolução positiva no futuro próximo, face às dificuldades conjunturais.	-
<p><b>32.</b> Há necessidade de maior articulação entre o MINARS e os outros ministérios envolvidos no apoio sociocomunitário, criando programas sectoriais: Ministério da Educação, que paga os professores, e Ministério da Saúde, que paga os profissionais de saúde, envolvidos na implementação deste programa.</p>	MINARS	Aceite	O MINARS reitera imprimir maior articulação com os outros organismos envolvidos, como premissa fundamental para a implementação do programa.	-
	Embaixada de Portugal	Aceite	De difícil concretização, face à falta coordenação que ainda existe entre sectores.	-
<p><b>33.</b> Definir o modelo institucional e legal para o CISA, aspecto central para a promoção da sua apropriação e sustentabilidade. Deve ser aprofundado o organigrama de funcionamento.</p>	Min. Saúde	-	-	-

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>SERVIÇO RESPONSÁVEL<sup>1</sup></b>	<b>ACEITE OU REJEITADA<sup>2</sup></b>	<b>EXPLICAÇÃO<sup>3</sup> (Junho 2011)</b>	<b>SEGUIMENTO<sup>4</sup></b>
<b>34.</b> Angola deve promover e assegurar a articulação entre o MIREX e os outros sectores angolanos.	MIREX Ministérios Sectoriais	Aceite	-	-
<b>35.</b> O Estado angolano deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa.	MIREX	Aceite	Condição “ <i>sine qua non</i> ” para o êxito dos projetos.	Criação de um calendário regular de encontros.